

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas
Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("MAPFRE RE" ou "Resseguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O ano de 2022 foi marcado pela mudança de tendência do setor ressegurador como um todo. O aumento dos custos de capital provocado, entre outros fatores, pelos aumentos das taxas de juros nos países desenvolvidos fez com que os preços das proteções de resseguro subissem tanto para os programas com alta sinistralidade quanto para aqueles não afetados por sinistros. No Brasil essa tendência não foi diferente, porém em menor escala que em outros países. Ainda assim, alguns ramos no mercado brasileiro, como por exemplo Vida e Agro, tiveram um grande volume de sinistros e, possivelmente, terão seus custos de proteção majorados ao longo de 2023. Para a MAPFRE RE, a alta sinistralidade do ramo Agro fez-se sentir menos, já que uma grande parte dos riscos deste ramo são retrocedidos.

Apesar de todos os desafios e dificuldades apresentados neste exercício, a MAPFRE RE obteve em 31 de dezembro de 2022, um lucro líquido de R\$ 48.214 mil, evidenciando crescimento de 75% sobre o mesmo exercício do ano anterior. O crescimento da carteira, combinado com nossa política de subscrição prudente e com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, permitiu o resultado positivo do exercício mesmo considerados os momentos de incertezas econômicas e políticas.

A atuação da MAPFRE RE segue pautada pela excelência técnica, foco em crescimento rentável e desenvolvimento conjunto com nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2022, a MAPFRE RE emitiu um exercício prêmios líquidos de comissões, o montante de R\$ 1.152.757 mil, com um crescimento da carteira de 11% em comparação com o ano anterior, demonstrando o empenho e a confiança da Resseguradora no mercado local.

Com os esforços de crescimento da "carteira de resseguros aceito", a MAPFRE RE possui contratos de retrocessão, avaliados anualmente, cuja finalidade é proteger a carteira em caso de sinistros de intensidade e volatilidade em seu portfólio. O crescimento da carteira e o ajuste do painel de retrocessão geraram uma despesa na rubrica "Resultado com retrocessão" de R\$ 20.522 mil.

O índice de sinistralidade do aceito ficou em 93% do prêmio ganho, apresentando um aumento de 4 pontos percentuais em comparação ao exercício anterior. A Resseguradora registrou um índice de sinistralidade líquido dos efeitos de retrocessão de 91% do prêmio ganho (vide nota 17b). No decorrer deste exercício, houve aumento de sinistros relevantes no segmento rural e vida na carteira da Resseguradora, o que contribuiu para impactar nos índices de sinistralidade.

As despesas administrativas representaram 1% dos Prêmios Ganhos, mantendo o mesmo índice do exercício anterior. Considerando o crescimento elevado da carteira, não houve impacto nas despesas administrativas.

Os investimentos financeiros da Resseguradora representam um montante de R\$ 828.420 mil, com um incremento de 24% em comparação a 31 de dezembro de 2021, demonstrando a solidez e a liquidez da Companhia.

A Resseguradora provisionou o capital investido pelos acionistas no montante de R\$ 14.727 mil, utilizando a Política de Juros sobre Capital Próprio, os quais são computados no cálculo dos

dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, o que demonstra, mais uma vez, o compromisso da Companhia em remunerar os acionistas.

Em atendimento ao disposto na Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.

Nos últimos anos, a Resseguradora seguiu a estratégia de focar na rentabilidade da carteira, que, mesmo com as variações de mercado e o momento de crise na economia brasileira, manteve estáveis as margens de lucro, o que demonstra a eficiência na gestão de riscos adotadas pela Resseguradora. Nesse período adverso houve o crescimento de carteira com diversos clientes que acreditaram na solidez, no conhecimento técnico e na qualidade da atuação da MAPFRE RE.

A Companhia tem como maior objetivo atender com alta performance às demandas de nossos clientes, crescer com sustentabilidade e contribuir com a economia brasileira, sempre com uma postura prudente de subscrição e de excelência técnica nos serviços prestados, focando na diversificação da carteira, inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros.

A Administração da MAPFRE RE do Brasil aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e as orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados, mantendo a motivação elevada, e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE do Brasil.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante		1.628.562	1.296.990
Disponível		43.385	7.877
Caixa e bancos		43.385	7.877
Aplicações	4	721.144	557.004
Créditos das operações com resseguros e retrocessão	5a1	493.944	355.566
Operações com seguradoras	5a1	397.605	320.430
Operações com resseguradoras	5a1	96.339	35.136
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	352.475	356.572
Títulos e créditos a receber		17.607	19.879
Títulos e créditos a receber		98	7
Créditos tributários e previdenciários	6	17.122	19.850
Outros créditos		387	22
Despesas antecipadas		7	7
Não circulante		827.584	861.412
Realizável a longo prazo		823.367	856.943
Aplicações	4	107.276	110.559
Créditos das operações com resseguros e retrocessão	5a1	2.434	5.925
Operações com seguradoras	5a1	2.255	5.925
Operações com resseguradoras	5a1	179	-
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	707.909	736.053
Títulos e créditos a receber		5.747	4.406
Créditos tributários e previdenciários	6	5.747	4.406
Imobilizado	7	4.218	4.469
Imóveis de uso próprio		3.633	3.694
Bens móveis		585	775
Total do ativo		2.456.146	2.158.402

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante		1.097.136	877.552
Contas a pagar		17.275	12.184
Obrigações a pagar	11	13.858	9.195
Impostos e encargos sociais a recolher		969	714
Encargos trabalhistas		692	609
Impostos e contribuições	10	1.756	1.666
Débitos de operações com resseguros e retrocessão		275.589	215.432
Operações com resseguradoras	5a2	265.646	210.978
Corretores de resseguros		9.943	4.454
Depósitos de terceiros	9	98.909	15.455
Provisões técnicas - resseguradoras	14	705.363	634.481
Não circulante		1.116.841	1.070.406
Provisões técnicas - resseguradoras	14	1.116.841	1.070.406
Patrimônio líquido	12	242.369	210.444
Capital social		150.000	100.040
Aumento de capital (em aprovação)		-	49.960
Reserva de lucros		100.805	67.318
Ajuste de valor patrimonial		(8.436)	(6.874)
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.456.146	2.158.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2022	2021
Prêmios emitidos	17c	1.152.757	1.040.894
Variações das provisões técnicas	17d	(41.485)	(57.069)
Prêmios ganhos	17a	1.111.272	983.825
Sinistros ocorridos	17e	(1.035.473)	(877.247)
Custos de aquisição	17f	(14.029)	(10.838)
Outras receitas e despesas operacionais		(1.481)	(1.287)
Resultado com retrocessão	17g	(20.522)	(47.359)
Despesas administrativas	17h	(11.932)	(10.258)
Despesas com tributos	17i	(36.477)	(27.710)
Resultado financeiro	17j	80.271	31.739
Receitas financeiras		306.793	200.009
Despesas financeiras		(226.522)	(168.270)
Resultado patrimonial		98	83
Resultado operacional		71.727	40.948
Ganhos com ativos não correntes		-	147
Resultado antes dos impostos e participações		71.727	41.095
Imposto de renda	18	(13.686)	(7.372)
Contribuição social	18	(8.720)	(5.342)
Participações sobre o lucro		(1.107)	(777)
Lucro líquido do exercício		48.214	27.604
Quantidade de ações		103.583.085	103.583.085
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,47	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Aumento de capital social (em aprovação)		Reserva de lucros		Ajustes de valor patrimonial		Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	patrimonial	2022	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	100.040	11.008	88.231	-	2.931	202.210	-
Aumento de capital							
AGE de capital em aprovação - AGE de 24 de dezembro de 2021	-	49.960	(49.960)	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(9.805)	(9.805)	-
Resultado do exercício							
Proposta de distribuição do lucro do exercício:							
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	-	-	-	27.604	27.604	-
Reserva legal	-	-	-	-	(9.565)	(9.565)	-
Reserva estatutária	-	1.380	-	-	(1.380)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.040	49.960	12.388	54.930	(6.874)	210.444	-
Aumento de capital							
AGE de 24 de dezembro de 2021 Portaria CGRAJ/SUSEP nº 731, de 16 de maio de 2022	49.960	(49.960)	-	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.562)	(1.562)	-
Resultado do exercício							
Proposta de distribuição do lucro do exercício:							
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	-	-	-	48.214	48.214	-
Reserva legal	-	-	-	-	(14.727)	(14.727)	-
Reserva estatutária	-	2.411	-	-	(2.411)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	14.799	86.006	-	(8.436)	242.369	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.214	27.604
Outros resultados abrangentes		
Ajustes de instrumentos financeiros classificados na categoria disponível para venda	(2.842)	(11.457)
Tributos diferidos sobre ajuste de instrumentos financeiros	1.280	4.583
Resultado abrangente do exercício líquido dos impostos	46.652	20.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia", com sede no Brasil, à Rua Olímpia, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.

O controle acionário da Companhia é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, detendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias. A estrutura societária é apresentada a seguir:

O diagrama mostra a seguinte estrutura: MAPFRE S.A. (100%) controla a MAPFRE Assistência Cia. Intl. de Seguros y Resseguros (100%) e a MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (99,99%). A MAPFRE RE controla a MAPFRE Holding do Brasil Ltda. (100%) e a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (99,99%). A MAPFRE Holding do Brasil Ltda. controla a MAPFRE Assistência Ltda. (100%) e a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (0,001%). A MAPFRE Assistência Ltda. controla a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (0,001%).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras - Notas 3c, 3d e 5 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Notas 3i e 14 - Provisões técnicas; (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil; - Notas 3c, 3d e 5 - Operações com seguradoras e resseguradoras; Notas 3i e 14 - Provisões Técnicas; e, Nota 16 - Gerenciamento de riscos; (iii) segregação entre circulante e não circulante; A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 (doze) meses e posterior a 12 (doze) meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassam o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, ativos e passivos relacionados às provisões técnicas, têm seus valores divulgados no ativo ou passivo não circulante por meio de percentuais apurados pelo estudo do Teste de Adequação de Passivo (TAP). **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Novas normas, alterações de normas e interpretações são aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022, referenda o CPC 48 - Instrumentos financeiros, fazendo com que os ativos financeiros destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ainda assim, são submetidos a eventual constituição de redução ao valor recuperável (RVR) com base em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia. Esta norma entra em vigor em 2 de janeiro de 2024. A IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes e que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários disponíveis em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias entre a data de aquisição e o vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. **b) Ativos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação nestas categorias são definidas pela Administração no momento do registro inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Vida útil estimada (anos) e **Taxa de depreciação (%)**

Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

g) Intangível: Compreende softwares cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%, integralmente amortizado na data base. **h) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o seu reconhecimento inicial. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação à resultado da perda cumulativa reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **i) Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livres de risco e cupom cambial como definido pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída uma provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Taxa de desconto	Premissas	Descrição
Resseguros de Danos		Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)
Resseguros de Passos		Sinistralidade
Resseguros de Penas	97,8%	
Resseguros de Danos	99,9%	

j) Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE), é constituída por meio de cálculos estatísticos com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição dos contratos emitidos, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data-base do balanço. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos nos últimos 36 (trinta e seis) meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia. A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída se a Companhia apurar insuficiência no teste de adequação de passivos - TAP (Liability Adequacy Test - LAT). O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro. Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão

continua →

★ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição das aplicações financeiras

Títulos	2022			2021			Ativos			Total	
	1 a 360 dias (A)	Acime de 360 dias (B)	Sem vencimento (C)	Valor contábil (D = A + B + C)	Valor Curva (E)	Valor justo (F)	Valor Ganho/perda justo (F - E)	2022 (G)	2021 (H)		
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	50	36.901	-	36.951	36.949	36.951	2	36.951	4,46%	49.291	7,36%
Fundos exclusivos:											
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	6.969	584.331	-	591.300	590.684	591.300	616	591.300	71,37%	501.336	75,09%
Operações Compromissadas (b)	92.950	-	-	92.950	92.950	92.950	-	92.950	11,21%	6.445	0,96%
Caixa/contas a pagar	-	-	(57)	(57)	(57)	(57)	-	(57)	0,01%	(68)	0,01%
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda											
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	83.993	-	83.993	88.291	83.993	(14.298)	83.993	10,14%	88.454	13,25%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento											
Fundos exclusivos:	1.396	21.887	-	23.283	23.283	21.848	(1.435)	21.887	2,64%	20.715	3,10%
Total Geral	101.365	727.112	(57)	828.420	842.100	828.985	(15.115)	828.420	100,00%	667.563	100,00%

(a) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento, os quais estão registrados no Ativo Circulante em razão de sua liquidez imediata e em consonância com Circular SUSEP 678/22, de 10 de outubro de 2022. (b) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos de rentabilidade do período, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado.

Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos ou • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Resseguradora possui ativos de títulos públicos classificados no Nível 1 e operações compromissadas no Nível 2.

b) Taxa de juros contratada

Descrição dos títulos	2022		2021	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	13,75	13,75	9,25	9,25
LFT	13,75	2,75	14,25	2,00
NTN-F	9,00	2,00	9,00	2,00
NTN-B	8,75	8,50	8,75	8,50

c) Movimentação das aplicações financeiras

Título	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (a)						
LFT	550.627	504.622	(484.020)	-	57.022	628.251
Operações compromissadas	6.445	189.320	(117.700)	-	14.885	92.950
Caixa/contas a pagar	(68)	64	(53)	-	-	(57)
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda						
NTN-F	88.454	-	(8.434)	(2.842)	6.815	83.993
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						
NTN-F	1.396	-	-	-	6	1.396
NTN-B	20.715	-	-	-	1.172	21.887
Total	667.563	694.006	(610.207)	(2.842)	79.900	828.420

(a) O ajuste a VJMR foram reconhecidos junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

Descrição dos títulos

Título	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado						
LFT	327.382	237.000	(29.111)	-	15.356	550.627
Operações compromissadas (a)	54.844	66.561	(127.083)	-	12.123	6.445
Caixa/contas a pagar	6	-	(74)	-	-	(68)
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda						
NTN-F	106.308	-	(8.445)	(11.457)	2.048	88.454
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						
NTN-F	11.867	-	(10.591)	-	114	1.390
NTN-B	18.785	-	(576)	-	2.506	20.715
Total	519.192	303.561	(175.880)	(11.457)	32.147	667.563

(a) O ajuste a VJMR foi reconhecido junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

5. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGURADORAS

a) Operações com seguradoras e resseguradoras:

a.1) Créditos das operações com seguros e resseguros: Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradoras estão assim apresentados:

	2022	2021
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	48.954	48.038
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	346.638	278.317
Prêmios de resseguros aceitos riscos vigentes não emitidos (c)	3.992	-
Sinistros a recuperar	276	-
Total	399.860	326.355

Operações com resseguradoras

Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)	508	11.925
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	1.964	16
Sinistros a recuperar (d)	89.587	19.893
Outros créditos a receber	4.459	3.302
Total	96.518	35.136

(a) Vide nota 5b2. (b) Vide nota 5b1. (c) Vide nota 5b3. (d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o estudo não identificou necessidade de constituição de redução ao valor recuperável (RVR).

a.2) Débitos de operações com seguros e resseguros:

	2022	2021
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	13.386	16.644
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	251.616	194.334
Prêmios de retrocessão cedidos riscos vigentes não emitidos (c)	644	-
Total	265.646	210.978

(a) Vide nota 5b2. (b) Vide nota 5b1. (c) Vide nota 5b3.

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

b.1) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Patrimonial	157.209	142.320	96.737	73.075
Rural	66.943	45.042	94.550	61.774
Pessoas coletivo	41.183	12.359	2.718	1.268
Riscos financeiros	17.906	2.397	2.065	179
Responsabilidade civil	16.912	25.708	11.278	26.727
Transportes	15.702	17.993	610	2.269
Aeronáuticos	12.382	12.067	30.813	17.415
Pessoas individual	6.406	5.362	1.119	480
Petróleo	5.216	10.995	5.216	10.995
Marítimos	3.934	1.753	5.125	-
Automóvel	2.647	380	1.128	10
Habitacional	2.162	1.957	257	142
Total	348.602	278.333	251.616	194.334

b.2) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Patrimonial	22.247	25.596	10.148	13.954
Pessoas coletivo	15.473	14.441	-	24
Riscos financeiros	5.973	7.184	58	239
Responsabilidade civil	2.455	1.037	2.070	884
Transportes	982	445	165	8
Automóvel	865	275	-	-
Rural	853	1.435	853	1.435
Habitacional	614	1.050	92	100
Pessoas individual	-	8.500	-	-
Total	49.462	59.963	13.386	16.644

b.3) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos (RIVNE)

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Patrimonial	2.509	-	420	-
Pessoas coletivo	587	-	8	-
Transportes	393	-	27	-
Rural	162	-	103	-
Habitacional	93	-	11	-
Automóvel	72	-	39	-
Responsabilidade civil	72	-	4	-
Riscos financeiros	67	-	32	-
Marítimos	26	-	-	-
Aeronáuticos	11	-	-	-
Total	3.992	-	644	-

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". Vide nota 5a1. (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 5a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Saldo início do exercício	278.333	203.667	194.334	116.847
Emissões	1.159.266	1.070.664	688.526	712.378
Recebidos/pagos	(1.090.992)	(992.148)	(640.680)	(626.438)
Oscilação cambial	1.995	(3.850)	9.436	(8.453)
Saldo final do exercício	348.602	278.333	251.616	194.334

c.2) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Saldo início do exercício	59.963	86.733	16.644	42.502
Constituições	406.688	398.940	277.988	270.886
Reversões (-)	(417.189)	(428.710)	(281.246)	(296.746)
Saldo final do exercício	49.462	59.963	13.386	16.644

c.3) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2022	2021	2022	2021
Saldo início do exercício	-	-	-	-
Constituições	3.992	-	644	-
Saldo final do exercício	3.992	-	644	-

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos

d.1) Prazos médios de recebimento: A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem acertos e prazos médios de pagamentos distintos. O prazo de parcelamento médio em 31 de dezembro de 2022 é de 79 dias (61 dias em 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2022	2021
Honorários de diretoria	1.722	1.666
Encargos sobre honorários da diretoria	649	577
Participação nos lucros	450	347
A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".		

9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2022	2021
De 1 a 30 dias	18.398	6.572
De 31 a 60 dias	7.068	1.393
De 61 a 120 dias	28.017	3.854
De 121 a 180 dias	10.922	897
De 181 a 365 dias	32.609	282
Superior a 365 dias	1.895	2.457
Total	98.909	15.455

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
Imposto de renda a recolher	13.727	7.255
Antecipação de imposto de renda	(12.947)	(6.598)
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	8.742	5.272
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(8.036)	(4.486)
COPFins a recolher	232	192
PIS a recolher	38	31
Total	1.756	1.666

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2022	2021
Provisões diversas inadotáveis	158	90
Provisão de participação nos lucros	1.049	830
Fornecedores e prestadores de serviços	133	145
Outros pagamentos - Juros sobre Capital Próprio	12.518	8.130
Total	13.858	9.195

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social		

★ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Comitê de Auditoria: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Comitê Diretivo no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Comitê de Direção o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de Investimentos:** constituído pela MAPFRE Investimento Ltda. e tem por objetivo orientar a MAPFRE RE do Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e a estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e operacional, os quais são resumidos a seguir: **Risco de resseguro:** O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e o histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, *Companhia de Resseguros S.A.* A Resseguradora retrocede e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional, a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em bases não proporcionais. Nas proteções a retrocessão não se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

Prêmios emitidos por tipo de contrato: A Resseguradora não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o como uma única região. A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguros por grupo de ramos:

	Prêmios emitidos brutos (a)		Comissões de resseguros (cedentes) (b)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Patrimonial	510.837	753.818	23.113	80.211	487.724	673.607
Rural	306.244	120.229	67.399	29.542	238.845	90.687
Aeronáutico	110.003	60.971	19.313	10.376	90.690	50.595
Pessoas coletivo	104.548	60.353	7.816	6.916	96.732	53.437
Riscos financeiros	75.355	39.720	25.220	14.659	50.135	24.111
Pessoas individual	63.370	39.290	101	157	63.269	39.133
Responsabilidade civil	60.642	53.513	9.852	6.796	50.790	46.717
Transporte	45.007	29.929	1.758	846	43.249	29.083
Habitacional	16.827	11.872	5.141	3.633	11.686	8.239
Automóvel	12.083	2.856	1.010	239	11.073	2.617
Marítimo	8.802	5.428	238	94	8.564	5.334
Petróleo	-	17.365	-	21	-	17.344
Total	1.313.718	1.194.384	160.961	153.490	1.152.757	1.040.894

A tabela a seguir demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	Prêmios emitidos líquidos (a)	
	2022	2021
Patrimonial	193.455	198.195
Pessoas coletivo	94.180	52.193
Pessoas individual	60.150	37.287
Riscos financeiros	42.278	21.014
Transporte	38.868	25.909
Responsabilidade civil	11.530	7.122
Habitacional	10.357	7.536
Automóvel	6.961	2.503
Rural	4.826	22
Marítimo	3.214	1.710
Aeronáutico	1.026	882
Total	466.845	354.373

(a) O valor informado composto está líquido dos efeitos das operações de retrocessão.

	Prêmios emitidos líquidos por moeda	
	2022	2021
Real - BRL	434.413	336.259
Dólar - USD	32.432	18.114
Total	466.845	354.373

Principais premissas

A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Resseguradora que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa. **Sensibilidade:** Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares. Os percentuais de variação das premissas são calculados com base na variação dos sinistros incorridos considerando a média dos últimos 36 (trinta e seis) meses sendo aplicados sobre a Provisão de Sinistros líquida dos efeitos de retrocessão.

Premissas	2022	
	Variação das premissas	Bruto de retrocessão / Líquido de retrocessão
Elevação nas provisões de sinistros	2,10%	(38.819) / 28.365
(*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.		(10.454) / (6.168)

Tabela de evolução de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos acumulados pela Resseguradora para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos sinistros incorridos acumulados no decorrer dos anos. Os montantes de sinistros incorridos acumulados variam à medida que as informações mais atualizadas são obtidas por meio das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras e a tabela de desenvolvimento de sinistros está líquida dos efeitos de IBNR.

Montante avisado de sinistros	Ano de subscrição do contrato													Total	
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
No ano de subscrição	170.402	201.430	213.121	39.939	80.480	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	58.387	999.594
Um ano após o ano de subscrição	-	565.031	606.650	131.054	98.531	57.825	41.818	44.888	87.068	90.329	99.722	116.334	82.287	50.176	2.071.713
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	112.809	87.925	67.927	29.955	17.572	16.261	36.831	12.134	22.245	22.034	39.576	16.242	480.981
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	23.506	17.390	7.378	29.491	4.234	9.388	69.072	30.477	7.721	2.858	2.192	204.237
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	11.838	841	2.238	(293)	(1.227)	3.087	(1.815)	6.562	(876)	2.092	22.447
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	2.376	(4.709)	1.524	1.234	6.044	28.173	6.208	6.397	1.964	49.211
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	6.125	2.353	(1.448)	5.138	10.318	7.159	(6.436)	(517)	22.692
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	2.819	3.505	1.828	(8.241)	5.070	457	(492)	4.946
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	1.523	8.482	(3.207)	858	(4.982)	839	3.513
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.577	(954)	1.616	(3.229)	2.777	1.787
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(858)	(4.025)	1.094	305	(3.484)
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.177	1.520	1.289	4.986
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	984	7.264	8.248
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106	106
Total de sinistros avisados até a data-base (2022)	170.402	766.461	932.580	282.424	276.166	109.010	101.776	89.589	168.855	264.790	251.714	197.146	147.440	112.624	3.870.977

Montante avisado de sinistros	Ano de subscrição do contrato													Total	
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
No ano de subscrição	142.771	168.138	195.210	28.853	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	785.742
Um ano após o ano de subscrição	-	334.800	463.506	40.118	21.120	4.150	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	95.068	61.877	22.972	1.167.363
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	52.168	14.145	13.393	1.867	3.067	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	136.104
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	2.261	11.124	(298)	23.042	(44)	2.884	60.241	26.880	4.406	5.289	567	136.152
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	3.449	(3)	510	234	(2)	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	8.858
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	111	(7.924)	(4)	79	(230)	23.049	1.908	3.948	666	21.603
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	5.468	210	(2.175)	3.199	10.975	3.397	(5.214)	(193)	15.667
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	207	424	125	(11.508)	2.355	438	283	(7.676)
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	221	119	(2.781)	641	(6.079)	372	(7.507)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	619	(735)	740	(3.878)	847	(2.407)
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188	(3.314)	225	174	(2.727)
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142	1.966	619	3.727
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442	6.431	6.873
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	427	427
Total de sinistros avisados até a data-base (2022)	142.771	502.938	710.884	85.377	134.632	9.004	30.665	48.249	37.507	129.804	169.086	115.129	96.936	49.217	2.262.199

Pagamento de sinistros efetuados	Ano de subscrição do contrato													Total	
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
No ano de subscrição	17.758	530.418	626.638	226.489	237.418	101.285	81.946	84.733	159.891	190.020	238.326	187.127	141.267	104.163	2.927.479
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2022)	152.644	236.043	305.942	55.935	38.748	7.725	19.830	4.856	8.964	74.770	13.388	10.019	6.173	8.461	943.498

Montante avisado de sinistros	Ano de subscrição do contrato													Total	
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
No ano de subscrição	142.771	168.138	195.210	28.853	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	785.742
Um ano após o ano de subscrição	-	334.800	463.506	40.118	21.120	4.150	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	95.068	61.877	22.972	1.167.363
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	52.168	14.145	13.393	1.867	3.067	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	136.104
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	2.261	11.124	(298)	23.042	(44)	2.884	60.241	26.880	4.406	5.289	567	136.152
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	3.449	(3)	510	234	(2)	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	8.858
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	111	(7.924)	(4)	79	(230)	23.049	1.908	3.948	666	21.603
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	5.468	210	(2.175)	3.199	10.975	3.397	(5.214)	(193)	15.667
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	207	424	125	(11.508)	2.355	438	283	(7.676)
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	221	119	(2.781)	641	(6.079)	372	(7.507)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	619	(735)	740	(3.878)	847	(2.407)
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188	(3.314)	225	174	(2.727)
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142	1.966	619	3.727
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442	6.431	6.873
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-											

★ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
i) Despesas com tributos		
COFINS	(29.895)	(22.494)
PIS	(5.272)	(4.060)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.241)	(1.089)
Impostos municipais	(50)	(48)
Impostos estaduais	(18)	(18)
Contribuição sindical	(1)	(1)
Total	(36.477)	(27.710)
ii) Resultado financeiro		
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa	79.900	32.147
Receitas com oscilação cambial	226.892	167.842
Outros	1	20
	306.793	200.009
Despesas		
Despesas com oscilação cambial	(225.156)	(167.460)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1.364)	(810)
Outros	(2)	-
	(226.522)	(168.270)
Total	80.271	31.739

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos e participações	71.727	41.095	71.727	41.095
Juros sobre o capital próprio	(14.727)	(9.565)	(14.727)	(9.565)
Participações	(1.107)	(777)	(1.107)	(777)
	55.893	30.753	55.894	30.753
Resultado ajustado				
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	218	(20)	218	(20)
Outras provisões	68	(322)	68	(322)
Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes	6	-	6	-
Multas indedutíveis	153	21	153	21
Donativos e contribuições	313	319	313	319
Lucro fiscal do exercício	56.527	30.627	56.527	30.627
Total de imposto de renda e contribuição social	(14.108)	(7.633)	(8.742)	(5.272)
Tributos sobre adições temporárias	41	(116)	22	(70)
Incentivos Fiscais				
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	68	58	-	-
Deduções incentivadas	313	319	-	-
	(13.686)	(7.372)	(8.720)	(5.342)
Total dos impostos	24,21%	24,07%	15,43%	17,44%
Taxa efetiva				

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação do lucro líquido com o caixa das atividades operacionais estão assim representadas:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.214	27.604
Depreciações e amortizações	281	264
Ganhos com ativos não correntes	-	(147)
Variações das contas de:		
Aplicações financeiras	(163.699)	(164.713)
Crédito das operações de resseguro	(134.887)	(24.050)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	32.326	(459.155)
Títulos e créditos a receber	2.211	3.398
Despesas antecipadas	-	(1)
Contas a pagar	(1.505)	(2.786)
Débito das operações de resseguro e retrocessão	60.157	51.095
Depósito de terceiros	83.454	(3.126)
Passivos de resseguro - provisões técnicas	117.117	569.620
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	43.669	(1.997)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$ 165 (R\$ 151 em 2021).
- Em 31 de dezembro de 2022, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

DIRETORIA

Diretor-Presidente Ricardo Scacalossi Mariano	Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico Fredi Martins Curquejo	Diretora de Controle Interno Denia de Moura
---	--	---

CONTADOR

Daniel Lopes Sousa CRC 1SP316764/O-9	ATUÁRIO	Fabio Marcondes de Sousa MIBA nº 1360
--	----------------	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é um órgão estatutário de assessoramento do Comitê de Direção, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído por meio da AGOE de 31 de março de 2022, na empresa líder MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Os administradores da Resseguradora são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangida pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente a partir de abril de 2022 e fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e de controles internos e auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidade em que verificou e debateu seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- A Auditoria Externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; e
- As demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2022 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo (SP), 27 de fevereiro de 2023

Edgar Jabbour Membro Titular	Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis Membro Titular
Luís Cláudio Ligabue Coordenador e Membro Titular	

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros
São Paulo - SP
CNPJ: 01.396.770/0001-68

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para

obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em seus aspectos mais relevantes.

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679
Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes
(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2022

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios Não Ganhos	386.590
Provisão de Sinistros a Liquidar	943.498
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	469.254
Provisão de Despesas Relacionadas	-
Provisão de Excedentes Técnicos	22.662
Provisão Complementar de Cobertura	-
Total de Provisões Técnicas	1.822.004
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	151.128
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	111.651
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	633.186
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	221.552
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	-
Ativos de Resseguro de PCC	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores - PET	4.008
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	1.121.525
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	261.744
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	112.260
Capital de Risco - Crédito (d)	48.245
Capital de Risco - Mercado (e)	14.740
Capital de Risco - Operacional (f)	7.640
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(27.780)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	155.105
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	155.105
Suficiência do PLA (a) - (i)	106.639

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de resseguros (IBNR e PCC) e do Teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nº 3(i), 3(j) e 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Resseguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de resseguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022: provisão de sinistros a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para calcular o teste de adequação de passivos (TAP) e mensurar as referidas provisões técnicas de resseguro, a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros e taxas de descontos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de resseguro citadas como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL e IBNR); (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros e taxas de descontos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Resseguradora; - na avaliação das estimativas das provisões técnicas (PSL e IBNR) e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; - no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas do IBNR, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e - na avaliação da suficiência das provisões técnicas de PSL e IBNR por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração das provisões de PSL e IBNR, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores dos sinistros, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
A Resseguradora mantém registros de prêmios estimados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, decorrentes das operações de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico. Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados, a Resseguradora utiliza-se de premissas de expectativa de emissões de prêmios de resseguro com base nos contratos de resseguro subscritos e nos prêmios de resseguro efetivos. Consideramos a avaliação da mensuração desses prêmios estimados como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação das premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados; (ii) na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo de prêmios estimados; (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios de resseguros subscritos e efetivos, utilizadas no estudo de prêmios estimados, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo dos prêmios estimados, como valores dos prêmios subscritos e prêmios efetivos e datas de registro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0